

ATA N.º 04/2026

REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA DA CÂMARA MUNICIPAL CELEBRADA

EM 09 DE FEVEREIRO DE 2026

No dia 09 de fevereiro de 2026, no edifício dos Paços do Concelho, pelas catorze horas e vinte minutos, reuniu ordinariamente a Câmara Municipal, estando presentes os seguintes membros:

- **Partido Socialista (PS):** Sr. Presidente, José Manuel Paulo Trincão Marques, Srs. Vereadores, Elvira Maria Machado da Cruz Sequeira e Francisco Fernandes Dinis;

- **Coligação AD - Tempo de Avançar! (PPD/PSD - CDS/PP):** Srs. Vereadores, Tiago Ribeiro de Carvalho Ferreira, Maria Emília Sénica Pereira de Leão e Sra. Vânia Marina Jorge Leal, em substituição do Sr. Vereador António Pedro Santos de Abreu, nos termos do disposto nos artigos 78.º e 79.º da Lei n.º 169/99, de 18 de setembro;

- **CHEGA:** Sr. Vereador, José Fernando Cardoso Carola.

O Sr. Presidente da Câmara declarou aberta a reunião para a qual foi estabelecida a seguinte Ordem do Dia: -----

ASSUNTOS CONSTANTES DA ORDEM DO DIA

| APOIO AOS ÓRGÃOS AUTÁRQUICOS

1. Apreciação e votação das atas das reuniões anteriores

| PRESIDÊNCIA

2. Bairro Calçada António Nunes, n.º 4 - Torres Novas - proposta de atribuição de habitação T2
3. Programa de esterilização de animais de companhia do Município de Torres Novas - 2026

| DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO E FINANCEIRO

4. Proposta de alienação da área de implantação da estação elevatória de Vale das Porcas - Chancelaria à EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.
5. Suplemento de Penosidade e Insalubridade - Ano 2026 - proposta de atribuição
6. Agrupamentos de Escolas de Torres Novas - pedido de material de primeiros socorros
7. Abertura de procedimento concursal - Reserva de recrutamento (Auxiliar de Serviços Gerais - Desporto)
8. Abertura de procedimento concursal - Reserva de recrutamento (Auxiliar de Ação Educativa)

| DIVISÃO DE EDUCAÇÃO

9. Protocolo de delegação de competências nos Agrupamentos de Escolas 2026 - pedido de alteração

| DIVISÃO DE TEATRO E EVENTOS

10. Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha - pedido de cedência gratuita do Teatro Virgínia

- 11.Associação Amar Cabo Verde - pedido de cedência gratuita do Teatro Virgínia
- 12.Choral Phydellius - pedido de cedência gratuita do Teatro Virgínia e da Black Box da Central do Caldeirão

| DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO TERRITORIAL

- 13.Empreitada “Requalificação do Estádio Municipal II Fase - Complexo Desportivo Municipal - Meia Via” - suspensão de trabalhos
- 14.Empreitada “Ampliação/ Remodelação de Piscinas Municipais Fernando Cunha” - suspensão parcial dos trabalhos exteriores
- 15.Empreitada “Construção de Edifício de Habitação Multifamiliar no Gaveto da Rua Atriz Virgínia com a Rua dos Ferreiros” - plano de trabalhos e cronograma financeiro
- 16.Empreitada “Largo General Humberto Delgado - Reabilitação do Espaço e Adaptação de Equipamentos” - auto de vistoria/ receção definitiva
- 17.Fornecimento de Energia Elétrica MT e BTE - encerramento do contrato n.º 151/2024
- 18.Pinto Mix - Comércio de Aves, Unipessoal - pedido de anulação de faturas no Mercado Retalhista Não Alimentar

| DEPARTAMENTO DE URBANISMO

- 19.Normas provisórias do Plano Diretor Municipal de Torres Novas na zona da Quinta das Ferrarias
- 20.1.ª Alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Serrada Grande/ Geriparque
- 21.João Rodrigues Frade - Cabeça de Casal da Herança de - aplicabilidade do n.º 1, do art.º 10.º do RPDM
- 22.Joaquim António Pereira Simões - operação de destaque/ emissão de certidão.-----

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

No período fixado para intervenção e esclarecimento ao público, usou da palavra o Sr. Ricardo Caixinha, para solicitar o ponto de situação sobre a falta de energia elétrica em algumas freguesias do município, nomeadamente, Assentis, na sequência da depressão Kristin ocorrida há cerca de duas semanas, e para questionar se existe alguma alteração, do ponto de vista do urbanismo, que permita facilitar ou incentivar a recuperação dos prédios devolutos por parte dos proprietários, no sentido de prevenir situações de ruína e consequente derrocada.

O Sr. **Presidente** informou sobre o restabelecimento progressivo da eletricidade em várias zonas do concelho, existindo apenas alguns casos pontuais, devidamente reportados à E-Redes. Quanto à situação dos prédios devolutos, o Sr. Presidente alertou também para o registo de ocorrências com muros degradados e barreiras, encontrando-se neste momento, e face às condições meteorológicas, em fase de monitorização.

O Sr. Presidente fez igualmente um ponto de situação acerca das diligências realizadas até ao momento no que respeita ao desabamento do muro localizado nas traseiras do Tribunal,

enumerando as medidas preventivas recomendadas no relatório do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC), tendo algumas delas sido tomadas previamente, e confirmando a intervenção do Exército na contenção do talude, nomeadamente, com a colocação de telas de impermeabilização.

O Sr. Presidente manifestou ainda a sua preocupação com a segurança dos munícipes, enalteceu o trabalho desenvolvido pelas diversas entidades envolvidas no apoio à população e fez menção ao contacto feito pelo Conselho Regional de Coimbra da Ordem dos Advogados, no sentido de vir a proporcionar apoio à população na formalização das participações de sinistros resultantes da depressão Kristin. -----

PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

A Sra. Vereadora Maria de Leão apresentou a seguinte intervenção:

“Por ação dos últimos eventos meteorológicos, designadamente, as tempestades Kristin, Leonardo e Marta, o nosso Concelho sofreu impactos significativos, em linha com as graves ocorrências que marcaram outras regiões do país.

Em Torres Novas registámos mais de 200 ocorrências atribuídas às intempéries, incluindo quedas de árvores e postes de eletricidade, desmoronamentos de barreiras e transbordos de linhas de água que levaram ao encerramento de estradas, bem como situações de realojamento temporário de famílias, como a que aconteceu em Alcorochel, onde uma família teve de ser acolhida pela Autarquia, após danos na habitação.

O Concelho ficou com várias localidades sem eletricidade durante várias horas, fruto sobretudo da queda de postes e da sobrecarga na rede, exigindo esforço contínuo das equipas técnicas e da E-Redes para repor o abastecimento.

Estes eventos ocorreram no contexto de um dos períodos meteorológicos mais severos de que há memória: a nível nacional, dezenas de milhares de clientes ficaram sem energia, centenas de serviços foram afetados e registaram-se impactos que já ultrapassam os 4 mil milhões de euros em danos diretos no país.

Quero, em nome da Coligação AD – Tempo de Avançar, manifestar o nosso profundo agradecimento a todas as entidades e agentes envolvidos: às equipas da Proteção Civil e aos Bombeiros Voluntários, pela pronta intervenção e dedicação constante; às forças de segurança (GNR e PSP) pela coordenação e apoio às populações; aos serviços municipais e técnicos da Câmara, pela eficiência na resposta e na gestão das ocorrências; às Juntas de Freguesia e aos seus colaboradores, pela proximidade e apoio direto às comunidades; a todos os voluntários e cidadãos que ajudaram os seus vizinhos em momentos de maior necessidade.

O vosso empenho foi fundamental para mitigar os efeitos destas intempéries, proteger vidas e restabelecer o normal funcionamento do Concelho.

Este reconhecimento é também uma oportunidade para reforçar o nosso compromisso em continuar a substanciar os mecanismos de prevenção, resposta e resiliência local, garantindo que Torres Novas está cada vez mais preparada para enfrentar fenómenos climáticos extremos. A todos o nosso muito obrigada.”

O Sr. Vereador **Tiago Ferreira** interveio nos seguintes termos:

“Imóveis devolutos em perigo de ruína e edifícios e infraestruturas públicas degradados:

Face ao estado degradado de diversos edifícios públicos, designadamente escolas, sedes de associações, infraestruturas como muros de contenção, entre outros, os vereadores do PSD demonstram a sua preocupação e solicitam a execução de um plano de Ação Urgente que possa dar respostas em tempo útil a estas situações que se agravam com o tempo.

Face ao número crescente de ruas encerradas por determinação da Proteção Civil, em resultado do perigo iminente de derrocada de vários edifícios degradados, os Vereadores do PSD manifestam a sua profunda preocupação com os graves constrangimentos causados à circulação de pessoas, ao funcionamento da cidade e à segurança dos torresjanos.

Entendemos que esta situação é consequência direta de uma prolongada inação municipal perante prédios devolutos e em avançado estado de degradação, apesar de existirem mecanismos legais claros que permitem ao Município intervir de forma célere e eficaz.

Neste contexto, e considerando que o Presidente da Câmara dispõe de competências delegadas pela Câmara Municipal, delegação essa aprovada com os votos do PS e do Chega a 17 de novembro, e subdelegada na Vice-Presidente Elvira Sequeira, os Vereadores do PSD defendem que devem ser utilizados, sem mais delongas, os instrumentos previstos na lei, designadamente os constantes do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação e do Código Civil (estado de necessidade), para proceder à demolição imediata de todos os prédios que se encontrem em perigo de derrocada libertando de imediato as vias interditas.

A manutenção destas situações representa um risco inaceitável para a segurança pública e impõe limitações injustificadas à mobilidade e à vida quotidiana dos cidadãos. A proteção de pessoas e bens deve prevalecer sobre a inércia administrativa, sendo dever do executivo municipal agir de forma firme, proporcional e responsável, colocando o interesse público acima de qualquer outra consideração.

Por estas razões, os Vereadores do PSD defendem a intervenção imediata nas ruínas e existentes nas seguintes ruas: Rua Atriz Virgínia, Rua da Fábrica, Rua da Trindade, Rua da Amendoeira, Travessa da Amendoeira, Calçada dos Canitos.”

O Sr. Presidente interveio, defendendo a priorização da prestação de apoio à população, relembrando que o Plano de Emergência Municipal se encontra ativo e o estado de calamidade decretado pelo Governo ainda está em vigor. O Sr. Presidente referiu a necessidade de se desenvolver um planeamento de forma estratégica e ponderada, devendo a demolição de edifícios em ruínas ser analisada após a fase de emergência em que o concelho se encontra.

O Sr. Presidente confirmou ainda a resolução da situação de condicionamento de circulação na Rua da Fábrica, sendo resultado da ação da Câmara, em articulação com o proprietário do imóvel degradado. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. APRECIÇÃO E VOTAÇÃO DAS ATAS DAS REUNIÕES ANTERIORES

Foram submetidas a apreciação e aprovadas, por unanimidade (seis votos), a ata n.º 01/2026 de 12 de janeiro de 2026, a ata n.º 02/2026 de 21 de janeiro de 2026 e a ata n.º 03/2026 de 30 de janeiro de 2026. A Sra. Vereadora, em substituição, Vânia Leal não votou por não ter estado presente nas respetivas reuniões. -----

2. BAIRRO CALÇADA ANTÓNIO NUNES, N.º 4 - TORRES NOVAS - PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO DE HABITAÇÃO T2

Acerca do assunto supracitado, foi emitida a informação n.º I/6651/2026 (Anexo 1). Após análise, a Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), aprovar a proposta de atribuição de habitação T2 no Bairro Calçada António Nunes, n.º 4, de acordo com a informação dos Serviços. Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

3. PROGRAMA DE ESTERILIZAÇÃO DE ANIMAIS DE COMPANHIA DO MUNICÍPIO DE TORRES NOVAS - 2026

Foi presente uma proposta de normas do Programa de Esterilização de Animais de Companhia do Município de Torres Novas para o ano de 2026, acompanhada da informação n.º I/6608/2026 (Anexo 2). A Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), aprovar a proposta de normas apresentada, atenta a informação dos Serviços. Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.

A Sra. Vereadora, em substituição, Vânia Leal fez a seguinte declaração de voto: “Os vereadores do PSD vão votar favoravelmente a este ponto. No entanto, e passo a citar um parágrafo constante na informação interna fornecida “Até ao momento, os munícipes de Torres Novas, através deste programa, por sua iniciativa, com o apoio do município, já esterilizaram 475 animais. Parece-nos que quanto maior for o número de animais identificados e esterilizados menor serão as questões de animais errantes no futuro.”, pretendemos saber, numa lógica de otimização da utilização dos dinheiros públicos e tendo este programa como objetivo diminuir

o número de animais errantes no Município de Torres Novas, se existem dados que nos possam ser facultados sobre a evolução do número destes animais desde 2020, de forma a perceber o impacto real da medida.”-----

4. PROPOSTA DE ALIENAÇÃO DA ÁREA DE IMPLANTAÇÃO DA ESTAÇÃO ELEVATÓRIA DE VALE DAS PORCAS - CHANCELARIA À EPAL - EMPRESA PORTUGUESA DAS ÁGUAS LIVRES, S.A.

Acerca deste assunto, foi presente a informação n.º I/6686/2026 (Anexo 3).

A Câmara deliberou, por maioria, com 4 votos favoráveis (Sr. Presidente e Srs. Vereadores Elvira Sequeira, Francisco Dinis e José Carola) e 3 votos contra (Srs. Vereadores Tiago Ferreira, Maria de Leão e Vânia Leal), aprovar a proposta de alienação da área de implantação da Estação Elevatória de Vale das Porcas - Chancelaria à EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livre, S.A., conforme a informação dos Serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.

O Sr. Vereador Tiago Ferreira apresentou a seguinte declaração de voto:

“Justifico a votação contra por considerar que não está a ser assegurado o cumprimento do disposto no n.º 1 do art.º 28.º do Regulamento para Alienação de Bens Imóveis do Município de Torres Novas, no que respeita à obtenção do valor de mercado. A metodologia utilizada não corresponde à prevista para a obtenção do referido valor de mercado, uma vez que a utilização do critério do CIMI pela comissão de avaliação se aplica apenas para efeitos de inventário e não para a alienação de imóveis no âmbito do domínio privado do Município.”-----

5. SUPLEMENTO DE PENOSIDADE E INSALUBRIDADE - ANO 2026 - PROPOSTA DE ATRIBUIÇÃO

Relativamente ao assunto suprarreferido, foi presente a informação n.º I/4342/2026 (Anexo 4).

A Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), aprovar a atribuição do suplemento de penosidade e insalubridade aos trabalhadores referenciados na informação dos Serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

6. AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS DE TORRES NOVAS - PEDIDO DE MATERIAL DE PRIMEIROS SOCORROS

Acerca do referido assunto, foi emitida a informação n.º I/64961/2025 (Anexo 5).

A Câmara deliberou, por maioria, com 6 votos favoráveis (Sr. Presidente e Srs. Vereadores Elvira Sequeira, Francisco Dinis, Tiago Ferreira, Maria de Leão e Vânia Leal) e 1 abstenção (Sr. Vereador José Carola), aprovar o pedido de fornecimento de material de primeiros socorros aos Agrupamentos de Escolas do concelho de Torres Novas, atento o exposto na informação dos Serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

7. ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL - RESERVA DE RECRUTAMENTO (AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS - DESPORTO)

Acerca do assunto em epígrafe, foram presentes as informações n.ºs I/937/2026 e I/895/2026 (Anexo 6).

A Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), aprovar a proposta de abertura de procedimento concursal para um assistente operacional (Auxiliar de Serviços Gerais), com contrato por tempo indeterminado, conforme as informações dos Serviços.

Mais determinou, que o recrutamento poderá ser efetuado através da ativação da reserva de recrutamento, do procedimento concursal aprovado por deliberação do órgão executivo, datada de 21 de maio de 2025, de acordo com as informações dos Serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

8. ABERTURA DE PROCEDIMENTO CONCURSAL - RESERVA DE RECRUTAMENTO (AUXILIAR DE AÇÃO EDUCATIVA)

Relativamente ao assunto supramencionado, foram presentes as informações n.º I/2146/2026 e I/2343/2026 (Anexo 7).

A Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), aprovar a proposta de abertura de procedimento concursal para um assistente operacional (Auxiliar de Ação Educativa), com contrato por tempo indeterminado, de acordo com as informações dos Serviços.

Mais determinou, que o recrutamento poderá ser efetuado através da ativação da reserva de recrutamento, do procedimento concursal aprovado por deliberação do órgão executivo, datada de 26 de fevereiro de 2025, atento o exposto nas informações dos Serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

9. PROTOCOLO DE DELEGAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NOS AGRUPAMENTOS DE ESCOLAS 2026 - PEDIDO DE ALTERAÇÃO

Foi presente uma proposta de alteração ao Protocolo de Delegação de Competências nos Agrupamentos de Escolas 2026, acompanhada da informação n.º I/5597/2026 (Anexo 8).

A Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), aprovar as alterações propostas, de acordo com a informação dos Serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

10. SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE VILA NOVA DA BARQUINHA - PEDIDO DE CEDÊNCIA GRATUITA DO TEATRO VIRGÍNIA

Foi apresentado um pedido da Santa Casa da Misericórdia de Vila Nova da Barquinha para cedência gratuita do Teatro Virgínia, para realização de um concerto de solidariedade a favor das pessoas afetadas pela tempestade Kristin, no próximo dia 13 de fevereiro, acompanhado da informação n.º I/6457/2026 (Anexo 9).

A Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), deferir o pedido apresentado, conforme a informação dos Serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

11. ASSOCIAÇÃO AMAR CABO VERDE - PEDIDO DE CEDÊNCIA GRATUITA DO TEATRO VIRGÍNIA

Foi presente um pedido da Associação Amar Cabo Verde - Associação de Solidariedade, para cedência gratuita do Teatro Virgínia, no dia 13 de junho de 2026, para realização de “Summit - Mulheres que criam futuro”, acompanhado da informação n.º I/5663/2026 (Anexo 10).

A Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), deferir o pedido apresentado, conforme a informação dos Serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

12. CHORAL PHYDELLIUS - PEDIDO DE CEDÊNCIA GRATUITA DO TEATRO VIRGÍNIA E DA BLACK BOX DA CENTRAL DO CALDEIRÃO

Foi presente um pedido do Choral Phydellius para cedência gratuita do Teatro Virgínia e da Black Box da Central do Caldeirão, para realização de uma Masterclass de Jazz, o Espetáculo “Música Choral” e o 3.º Encontro de Jovens Pianistas, acompanhado da informação n.º I/5271/2026 (Anexo 11).

A Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), deferir o pedido apresentado, conforme a informação dos Serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

13. EMPREITADA “REQUALIFICAÇÃO DO ESTÁDIO MUNICIPAL II FASE - COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL - MEIA VIA” - SUSPENSÃO DE TRABALHOS

Acerca deste assunto, foi presente a informação n.º I/6024/2026 que se transcreve:

“Na sequência de um novo pedido de suspensão de empreitada por parte do empreiteiro, informa-se do seguinte:

1 - Suspensão Temporária da Empreitada (45 dias)

A deliberação referente à aprovação da suspensão e prorrogação, proposta pela informação 70585/2025, foi aprovada em reunião de câmara datada de 22/12/2025.

Atualmente, após análise das atuais condições atmosféricas, nomeadamente períodos prolongados de precipitação, elevada humidade e impossibilidade de execução de várias atividades sensíveis (pavimentações, betonagens, compactações, colocação da relva sintética e marcações), conclui-se que o normal andamento da empreitada continua tecnicamente comprometido.

Para assegurar a qualidade e durabilidade dos trabalhos, evitando riscos de má execução e não conformidades, propõe-se uma nova suspensão da empreitada por um período de 45 dias, ao abrigo do artigo 297.º do CCP, retomando-se os trabalhos logo que as condições climatéricas permitam a execução adequada das atividades críticas.

2 - Conclusão

Face ao exposto, com a proposta de nova suspensão da empreitada (45 dias), com efeitos a partir de 23/01/2026, a nova data estimada de conclusão da empreitada será 03/05/2026.”

A Câmara deliberou, por maioria, com 4 votos favoráveis (Sr. Presidente e Srs. Vereadores Elvira Sequeira, Francisco Dinis e José Carola) e 3 votos contra (Srs. Vereadores Tiago Ferreira, Maria de Leão e Vânia Leal), aprovar a suspensão temporária de trabalhos, no âmbito da empreitada da obra de “Requalificação do Estádio Municipal II Fase - Complexo Desportivo Municipal - Meia Via”, de acordo com o proposto na informação dos Serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

14. EMPREITADA “AMPLIAÇÃO/ REMODELAÇÃO DE PISCINAS MUNICIPAIS FERNANDO CUNHA” - SUSPENSÃO PARCIAL DOS TRABALHOS EXTERIORES

Acerca do referido assunto, foi emitida a informação n.º I/6733/2026 (Anexo 12).

A Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), aprovar a suspensão parcial dos trabalhos exteriores da empreitada suprarreferida, por 30 dias, de acordo com a informação dos Serviços. Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

15. EMPREITADA “CONSTRUÇÃO DE EDIFÍCIO DE HABITAÇÃO MULTIFAMILIAR NO GAVETO DA RUA ATRIZ VIRGÍNIA COM A RUA DOS FERREIROS” - PLANO DE TRABALHOS E CRONOGRAMA FINANCEIRO

Foram presentes, para eventual aprovação, o plano de trabalhos atualizado e o cronograma financeiro da empreitada da obra “Construção de Edifício de Habitação Multifamiliar no Gaveto da Rua Atriz Virgínia com a Rua dos Ferreiros”, acompanhados da informação n.º I/6707/2026 (Anexo 13).

A Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), aprovar o plano de trabalhos e o cronograma financeiro, conforme a informação dos Serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

16. EMPREITADA “LARGO GENERAL HUMBERTO DELGADO - REABILITAÇÃO DO ESPAÇO E ADAPTAÇÃO DE EQUIPAMENTOS” - AUTO DE VISTORIA/ RECEÇÃO DEFINITIVA

Foi presente o auto de vistoria e de receção definitiva da empreitada da obra de “Largo General Humberto Delgado - Reabilitação do Espaço e Adaptação de Equipamentos”, datado de 02.02.2026.

A Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), aprovar a receção definitiva da referida empreitada.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

17. FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA MT E BTE - ENCERRAMENTO DO CONTRATO
N.º 151/2024

Acerca do presente assunto, foi emitida a informação n.º I/5557/2026 (Anexo 14).

A Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), determinar o encerramento do contrato n.º 151/2024, de acordo com os procedimentos propostos no ponto 6 da informação dos Serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

18. PINTO MIX - COMÉRCIO DE AVES, UNIPESSOAL - PEDIDO DE ANULAÇÃO DE FATURAS NO MERCADO RETALHISTA NÃO ALIMENTAR

Acerca do presente assunto, foi emitida a informação n.º I/6546/2026, que se transcreve:

“A operadora PINTO MIX - Comércio de Aves, Unipessoal, titular do lugar n.º PIN-03 do mercado retalhista não alimentar de Torres Novas, apresentou pedido de anulação das faturas relativas aos meses de dezembro de 2025 e seguintes, por força das restrições aplicadas à venda de aves, impostas pela DGAV, conforme email remetido pela própria, registado sob o n.º E/1909/2026. Considerando que o Regulamento dos Mercados Retalhistas não prevê expressamente o procedimento a adotar em situações de impedimento temporário da atividade por determinação de entidade oficial, poderá o assunto ser enquadrado no disposto no art.º 46.º (Casos omissos), que estabelece:

“Os casos omissos e as dúvidas suscitadas na interpretação do presente regulamento serão resolvidos pela Câmara Municipal.”

Considerando que, durante o período em que se mantêm as restrições impostas pela DGAV, a operadora se encontra impedida de exercer a sua atividade, entende-se não se verificar, nesse período, o caráter sinalagmático da ocupação do lugar no mercado.

Pelo acima exposto, solicita-se a anulação das faturas emitidas a partir do mês de dezembro de 2025 até ao levantamento das referidas restrições.”

Após análise, a Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), deferir o pedido apresentado, atento o exposto na informação remetida pelos Serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

19. NORMAS PROVISÓRIAS DO PLANO DIRETOR MUNICIPAL DE TORRES NOVAS NA ZONA DA QUINTA DAS FERRARIAS

Acerca do assunto em epígrafe, foi presente a informação n.º I/5351/2026 (Anexo 15).

A Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos):

- 1 - Aprovar o Relatório de Ponderação da Discussão Pública e promover a respetiva divulgação, designadamente, através da comunicação social, da plataforma colaborativa de gestão territorial e do sítio na Internet do Município, nos termos do n.º 6 do Artigo 89.º do RJGT.
- 2 - Aprovar o estabelecimento das Normas Provisórias do Plano Diretor Municipal de Torres Novas na zona da Quinta das Ferrarias;
- 3 - Submeter à apreciação e votação da Assembleia Municipal, a proposta das Normas Provisórias do PDM de Torres Novas na zona da Quinta das Ferrarias, nos termos do n.º 1 do Artigo 90.º do RJGT.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos.

A Sra. Vereadora Maria de Leão apresentou a seguinte declaração de voto:

“Os Vereadores do Partido Social Democrata votaram favoravelmente a proposta de aprovação das Normas Provisórias do Plano Diretor Municipal para a zona da Quinta das Ferrarias por entenderem que esta decisão é responsável, equilibrada e ajustada à realidade atual do Concelho. Esta posição assenta, desde logo, na informação técnica e jurídica prestada pelos Serviços Municipais, que enquadra o procedimento no Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e demonstra que a solução adotada se limita a antecipar regras já previstas na revisão do PDM em curso, atualmente numa fase avançada e com opções de planeamento suficientemente consolidadas.

De acordo com os elementos apresentados pelos Serviços, a proposta permite enquadrar de forma coerente a reabilitação de um edifício que esteve devoluto durante vários anos e que hoje acolhe atividade económica relevante, contribuindo para a dinamização daquela área da cidade, para a criação de emprego e para a valorização do edificado existente, sem comprometer o modelo territorial municipal nem os princípios do ordenamento do território. Importa ainda sublinhar que, conforme informado pelos Serviços, o procedimento respeitou integralmente os trâmites legalmente exigidos, incluindo a emissão de parecer pelas entidades competentes, a realização de discussão pública pelo prazo legal, sem receção de participações, e a elaboração do respetivo relatório de ponderação. Num contexto em que a atividade já se encontra em funcionamento, os Vereadores do PSD consideram igualmente relevante a

necessidade, identificada pelos Serviços, de assegurar segurança jurídica e coerência entre a prática administrativa e o planeamento estratégico do Município.

Nestes termos, e sustentados na informação técnica e jurídica disponibilizada, os Vereadores do PSD entendem que a proposta salvaguarda o interesse público e o desenvolvimento equilibrado do Concelho, razão pela qual votaram favoravelmente.” -----

**20. 1.ª ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DA SERRADA
GRANDE/ GERIPARQUE**

Foi presente o Relatório de Ponderação do Período de Participação Preventiva da 1.ª Alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Serrada Grande/Geriparque, acompanhado da informação n.º I/6048/2026 (Anexo 16).

A Câmara tomou conhecimento do teor do referido Relatório e deliberou, por unanimidade (sete votos):

1 - Aprovar a proposta de Contrato para Planeamento e proceder à abertura de um período de discussão pública, relativa ao contrato e à deliberação da Câmara, pelo prazo de 10 dias, em conformidade com o disposto no n.º 3 do artigo 81.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial;

2 - Aprovar a proposta de Aditamento à Certidão do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Serrada Grande/Geriparque para inclusão do Lote 73.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

**21. JOÃO RODRIGUES FRADE - CABEÇA DE CASAL DA HERANÇA DE - APLICABILIDADE DO
N.º 1, DO ART.º 10.º DO RPDM**

Acerca do assunto em epígrafe, foi presente o parecer n.º 6386/2026 (Anexo 17).

A Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), aprovar a aplicabilidade dos parâmetros do disposto no n.º 1 do art.º 10.º do RPDM no presente processo, atento o exposto nas informações n.º 6368/2026 e 6235/2026.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

22. JOAQUIM ANTÓNIO PEREIRA SIMÕES - OPERAÇÃO DE DESTAQUE/ EMISSÃO DE CERTIDÃO

Acerca do referido assunto, foi presente o parecer n.º 5613/2026 (Anexo 18).

A Câmara deliberou, por unanimidade (sete votos), aprovar a emissão de certidão comprovativa de que o destaque de parcela requerido cumpre os requisitos legais aplicáveis, não estando sujeito a licença, de acordo com o proposto na informação dos Serviços.

Esta deliberação foi aprovada em minuta, para efeitos imediatos. -----

ENCERRAMENTO

O Sr. Presidente, José Manuel Paulo Trincão Marques, declarou encerrada a reunião pelas dezasseis horas, da qual para constar se lavrou a presente ata que que, após aprovação, será assinada pelo Sr. Presidente e pela Assistente Técnica Vanda Frade, exercendo as funções de Secretária. -----

O Presidente da Câmara

A Secretária
